

Sumário

Lista de siglas e abreviaturas	19
Introdução	21
1. O processo penal entre eficiência e garantia: alocação do debate na teoria dos direitos fundamentais	25
1.1. Os direitos fundamentais do imputado na teoria dos princípios	27
1.1.1. Direitos fundamentais e a posição jurídica do imputado no processo penal	27
1.1.1.1. A estrutura dos direitos fundamentais	27
1.1.1.2. Direitos fundamentais do imputado como direitos de defesa	29
1.1.2. Colisões de direitos fundamentais e teoria dos princípios	31
1.1.3. Barreiras dos direitos fundamentais	35
1.1.4. Tipo normativo dos direitos fundamentais	37
1.2. Os direitos fundamentais e o dever de prestar uma justiça penal eficiente	42
1.2.1. O caráter duplo dos direitos fundamentais	42
1.2.2. Os direitos fundamentais e a intervenção penal do Estado	44
1.2.2.1. Caráter subjetivo dos direitos fundamentais e intervenção penal ..	46
1.2.2.2. Caráter objetivo dos direitos fundamentais e intervenção penal ...	48
1.2.3. Eficiência do processo penal: fundamentação e aplicação	52
1.2.3.1. Fundamentação constitucional do dever de prestar uma justiça penal eficiente	52
1.2.3.2. O princípio da busca da verdade como expressão do dever de prestar uma justiça penal eficaz	55
1.3. Solução das colisões entre efficientismo e garantismo	59
1.3.1. O teste da proporcionalidade	59
1.3.1.1. Proporcionalidade como proibição do excesso	60
1.3.1.2. A proporcionalidade como proibição da insuficiência	64
1.3.2. O espaço das leis na ponderação de princípios	68
1.3.3. Medidas processuais interventivas e proibição do excesso na jurisprudência constitucional	71
1.3.4. Controle da insuficiência da proteção penal estatal: proibição da insuficiência na jurisprudência dos tribunais internacionais	74
1.3.5. O modelo dos princípios para o processo penal e a necessidade de um sistema de <i>primazias prima facie</i>	77

2. O direito à não autoincriminação: origem, evolução e sua atual conformação constitucional	81
2.1. Origem histórica e desenvolvimento	82
2.1.1. Antecedentes históricos do direito a não se autoincriminar	82
2.1.2. Feição atual do direito à não autoincriminação no direito comparado	85
2.1.2.1. Alemanha	86
2.1.2.2. Espanha	87
2.1.2.3. Itália	88
2.1.2.4. Portugal	89
2.1.2.5. Inglaterra	90
2.1.2.6. EUA	91
2.1.2.7. Tratados internacionais	92
2.1.3. O direito à não autoincriminação no Brasil	94
2.1.3.1. Evolução legislativa	94
2.1.3.2. Jurisprudência do STF e do STJ	97
2.1.4. O saber histórico e os problemas atuais relativos ao direito de não autoincriminação	99
2.2. O direito à não autoincriminação como direito fundamental	102
2.2.1. O direito à não autoincriminação na CF-88: norma e enunciados normativos	102
2.2.2. A proteção da dignidade humana	104
2.2.3. O direito ao procedimento correto	108
2.2.3.1. Ampla defesa e direitos de participação ativa	111
2.2.3.2. Presunção de inocência e direitos de participação passiva	113
2.2.3.3. O direito à não autoincriminação como expressão do direito a um procedimento correto	115
2.3. A aplicação do direito à não autoincriminação: proteção <i>prima facie</i> e proteção definitiva	119
2.3.1. O problema da dupla posição do acusado no procedimento	119
2.3.2. Bens protegidos e intervenções proibidas <i>prima facie</i> pelo direito à não autoincriminação	122
2.3.2.1. Direito de não se conformar com a acusação	123
2.3.2.2. Direito de não depor contra si	126
2.3.2.3. Direito de não contribuir para a produção de outras provas	132
2.3.3. Justificação constitucional das barreiras ao direito de não se autoincriminar	135
3. Liberdade de declaração e fixação judicial dos fatos: o exercício da autodefesa no convencimento do juiz penal	141
3.1. Discurso jurídico e racionalidade	142
3.1.1. A teoria da argumentação jurídica	142
3.1.2. Argumentação jurídica e convencimento do juiz penal	145
3.1.3. O caráter institucionalizado do discurso e a atuação da defesa do acusado	150
3.2. A fixação judicial dos fatos em um modelo cognoscitivista	154
3.2.1. Pretensão de correção da decisão judicial e modelos probatórios	154
3.2.2. Limitações da verdade obtida no processo e os modelos probabilísticos	157

3.2.2.1. Modelos de probabilidade estatístico-matemática	158
3.2.2.2. Modelos de probabilidade lógica ou indutiva	160
3.2.2.3. O esquema valorativo do grau de confirmação.	161
3.2.3. O princípio do livre convencimento racional no modelo cognoscitivista ..	166
3.2.3.1. Livre convencimento racional e dever de eficiência da justiça penal	166
3.2.3.2. O livre convencimento racional e a estrutura da fundamentação sobre a matéria fática	168
3.3. Exercício da autodefesa pelo acusado e a liberdade de convencimento do juiz .	172
3.3.1. As relações entre os princípios relativos à proteção da personalidade do acusado e o princípio do livre convencimento racional	172
3.3.1.1. Proteção da inocência e a regulação relativa a quem cabe o ônus de provar	172
3.3.1.2. Proteção da inocência e a regulação sobre como provar	174
3.3.1.3. Proteção da inocência e a regulação sobre quanto provar	177
3.3.2. Exercício ativo da autodefesa e convencimento judicial	179
3.3.3. Exercício passivo da autodefesa e convencimento judicial	182
3.3.3.1. A legislação processual penal brasileira sobre a influência do silêncio na fixação judicial dos fatos	182
3.3.3.2. A interpretação desfavorável do silêncio do acusado como uma intervenção desproporcional no direito fundamental	185
3.3.3.3. O silêncio como elemento discursivo no raciocínio judicial: concordância prática entre o princípio da liberdade de declaração e o princípio do livre convencimento racional	194
3.3.3.4. O exercício do direito ao silêncio na fundamentação do convencimento judicial	197
Conclusão	199
Referências	201